

RODA DE CONVERSA - SÍNTESES DE EVIDÊNCIAS E OUTRAS
ESTRATÉGIAS DE TRADUÇÃO DO CONHECIMENTO

**CUIDADO PRÉ-NATAL PARA MULHERES NO SISTEMA PRISIONAL
BRASILEIRO: REVISÃO DE ESCOPO**

Victória Bandeira Escalcon Oliveira (vescalcon@usp.br)

Isabela Moraes Amaral De Souza (isabelamoraes@usp.br)

Rayane Teresa Da Silva Costa Drigo (rayane.teresa@usp.br)

Marlise Lima (moplina@usp.br)

Natalucia Matos Araújo (natalucia@usp.br)

Joyce Da Costa Silveira De Camargo (joyce@usp.br)

O encarceramento feminino tem crescido de forma acelerada no cenário mundial e nacional, revelando profundas desigualdades de gênero, raça e classe que estruturam as trajetórias de vida das mulheres privadas de liberdade. No Brasil, terceiro país em número absoluto de mulheres presas, a maioria encontra-se em situação de vulnerabilidade social, com baixa escolaridade, inserção precária no trabalho e responsabilidade exclusiva pelo cuidado dos filhos. A criminalização do tráfico de drogas e a seletividade penal contribuem para o aumento desse contingente, composto majoritariamente por mulheres jovens, negras e oriundas de territórios marcados pela pobreza e violência. Tais condições ampliam desigualdades históricas.

Entre os desafios que emergem nesse contexto, destaca-se o cuidado pré-natal, direito assegurado por normativas nacionais e internacionais, mas

frequentemente violado no sistema prisional brasileiro. A gestação em situação de privação de liberdade é atravessada por estigmas, negligência institucional, condições insalubres e falta de acesso regular a serviços de saúde. A ausência de políticas específicas de atenção integral à saúde da mulher presa evidencia lacunas na implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade e no cumprimento das Regras de Bangkok, comprometendo a dignidade e os direitos reprodutivos dessas mulheres e suas famílias vulneráveis.

A presente revisão de escopo teve como objetivo mapear e sintetizar as evidências disponíveis sobre a oferta e a qualidade do cuidado pré-natal às mulheres grávidas privadas de liberdade no Brasil, bem como identificar barreiras de acesso, práticas assistenciais e lacunas de conhecimento. O estudo seguiu a metodologia do Joanna Briggs Institute e as recomendações do checklist PRISMA-ScR, com protocolo registrado na plataforma Open Science Framework (DOI: 10.17605/OSF.IO/KH7CG). Foram consultadas bases de dados nacionais e internacionais, literatura cinzenta, documentos institucionais e relatórios governamentais, sem recorte temporal ou restrição de idioma, garantindo abrangência analítica. A busca resultou em ampla variedade de fontes pertinentes.

Após triagem e avaliação dos critérios de elegibilidade, 32 estudos compuseram a síntese final. Os achados revelam que o pré-natal no cárcere é fragmentado, irregular e dependente de iniciativas pontuais das equipes locais. Falhas no registro clínico, ausência de acompanhamento gestacional de risco, oferta insuficiente de exames laboratoriais, falta de transporte para unidades de saúde externas e carência de profissionais especializados foram problemas recorrentes. Persistem relatos de práticas violadoras, como o uso de algemas durante o parto e a negativa de acompanhante, em desrespeito às diretrizes éticas e legais vigentes, acirrando desigualdades e produzindo sofrimento evitável às mulheres.

Conclui-se que a assistência pré-natal no sistema prisional brasileiro permanece insuficiente e desigual, contrariando princípios constitucionais de dignidade, universalidade e equidade. Recomenda-se a implementação de protocolos clínicos padronizados, ampliação do acesso a exames e medicamentos e capacitação permanente das equipes multiprofissionais. Urge fortalecer mecanismos de governança intersetorial, além de assegurar monitoramento contínuo mediante indicadores sensíveis às questões de gênero, raça e maternidade. A promoção da justiça reprodutiva no cárcere

exige compromisso estatal, participação social e efetiva responsabilização institucional para assegurar direitos e prevenir violações, com enfoque humanizado e respeito integral às necessidades femininas em saúde.

Palavras-chave: mulheres grávidas; cuidado pré-natal; prisão.